

## **ATA DA REUNIÃO DO CÓDIGO DE POSTURAS COM A COMISSÃO GERAL DE JOAÇABA.**

No dia doze mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas e oito minutos, foi realizado na Prefeitura Municipal de Joaçaba a reunião com a comissão geral do plano diretor a respeito do Código de Posturas. A vigente ata destaca os principais pontos apresentados na reunião, sendo a mesma iniciada com o [REDACTED] saudando os presentes e informando o cronograma da reunião, logo em seguida passou a palavra para o [REDACTED] que elucidou sobre os apontamentos feitos na lei, o primeiro é referente aos tapumes, onde foi decidido inicialmente pela comissão a possibilidade de serem jogados para o passeio quando não houver outra alternativa, entretanto a NBR 9050 é explícita em dizer que o mínimo aceito de faixa livre de passeio é de 1,20m, podendo esta ser deslocada para o acostamento, com isso propõe-se mudar de 0,80m para 0,90m o mínimo a ser mantido de faixa livre na calçada nesta situação. O [REDACTED] comentou a intenção de utilizar os 0,80m apenas para locais sem rota acessível, como resposta o [REDACTED] comentou o cuidado a ser tomado nessas rotas, pois geralmente lembram apenas do cadeirante, mas os 0,90m é o mínimo para alguém com bengala ou cão guia conseguir trafegar, por isso acha esta medida mais coerente. Como resultado das discussões sobre o tema, ficou decidido a mudança para 0,90m. O [REDACTED] comentou do segundo apontamento realizado, sobre o parágrafo terceiro do artigo 122, se referindo a arborização de lotes já parcelados, que poderão ser cortadas respeitando as normativas do IMA e demais legislações do tema, no entanto, este artigo inicialmente tem o objetivo de preservar as árvores no meio urbano e o parágrafo terceiro está indo contra isso. O [REDACTED] falou que este parágrafo não está coerente, pois não faz sentido preservar as árvores apenas em lotes não parcelados e isto anula todo o objetivo artigo. O [REDACTED] comentou achar incorreto impedir o corte das árvores, pois se algum morador foi responsável pelo plantio, é seu direito poder cortar, o [REDACTED] argumentou explicando o objetivo de preservá-las como um patrimônio do município, sendo preservadas apenas as que possuem um interesse coletivo. O [REDACTED] compreendeu a ideia de não proibir um proprietário de mexer em seu terreno, porém acredita que isso deve ser preservado de alguma forma, com isso pode-se pensar em incentivos fiscais para estimular esta preservação. Após debates, ficou acordado que os requisitos dessa preservação serão definidos em lei específica e a supressão do parágrafo terceiro da lei. O próximo tema comentado foi sobre o Capítulo II dos autos de infração e dos recursos que foi lido pelo [REDACTED] e complementado pelo [REDACTED] explicando que quando é aplicado uma notificação, não pode ser aplicado a infração, pois como o artigo diz ela é passível de regularização. O [REDACTED] explicou o processo atual do auto de infração, onde ele é aberto inicialmente com notificação e caso não ocorra defesa é dado início ao processo de infração. Após foi explicado a intenção do artigo 226 de definir o que seria usado em cada situação e nos artigos seguintes será dito como aplica-los. O [REDACTED] comentou o fato do período de defesa da notificação está correto e após estes dias, caso a situação não tenha sido resolvida, irá ser lavrado o auto da infração, com isso foi incluso o parágrafo II na lei. O [REDACTED] voltou a comentar sobre o artigo 226,




### **Inovação e Modernização na Gestão Pública**


destacando o fato dele estar confuso, por isso foram realizadas algumas alterações na minuta, alterando o título do capítulo e o artigo 226. Seguindo no mesmo capítulo, houve alteração nos artigos 227 e 228, no artigo 230 foi incluso um inciso destacando para quais autoridades deve ser direcionado a defesa. O próximo artigo a ser questionado foi o 231, onde o [REDACTED] perguntou se a comissão iria querer manter no artigo que a defesa deverá ser apresenta por escrito para o secretário, ou poderia ser mudado para a autoridade competente, pois nem sempre é ele a autoridade direta. Sendo esta alteração aceita pela comissão foi seguindo para o próximo capítulo, destacando a contribuição do [REDACTED] e do [REDACTED] sobre separar os itens de primeira e segunda instancia, já sendo solicitado a alteração de dez para quinze dias de prazo no artigo 234. Ainda, foi alterado os artigos 235, transformando o seu inciso I em um novo artigo, que fará parte da seção II da segunda instancia. Os membros da comissão debateram também referente ao conselho para o qual será direcionado os processos administrativos, em que c [REDACTED] destacou a ideia de ser encaminhado para um colegiado sem nenhuma interferência política, criando assim um conselho interno. O [REDACTED] informou a existência e três conselhos no momento e questionou o [REDACTED] se estes não poderiam ser utilizados, como resposta explicou a necessidade de pesquisar sobre o tema e enfatizou a importância da criação do colegiado, pois os conselhos existentes atendem situações variadas. Como solução, foi proposto pelo [REDACTED] que estas decisões ficassem sobre responsabilidade do conselho da cidade, que possui autonomia para criar uma câmara técnica, sendo isto aceito pela comissão. O [REDACTED] voltou a comentar sobre o artigo 45, onde destacou uma incoerência existente nele, sendo então devidamente ajustada. Após isso, o [REDACTED] deu por encerrada a reunião, destacando que no próximo encontro será debatido a lei de parcelamento do solo.


## Inovação e Modernização na Gestão Pública



***Inovação e Modernização na Gestão Pública***

 CNPJ: 12.075.746/0001-32  
 [www.cincatarina.sc.gov.br](http://www.cincatarina.sc.gov.br)  
 [cincatarina@cincatarina.sc.gov.br](mailto:cincatarina@cincatarina.sc.gov.br)

 **Sede do CINCATARINA**  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Centro  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800  
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000  
Telefone: (48) 3380 1621

**LISTA DE PRESEÇA DE REUNIÃO DA COMISSÃO GERAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JOACÁBA**  
**DATA: 12/11/2020**  
**LOCAL: CENTRO EMPRESARIAL DA ACIOC**  
**HORÁRIO: 18:00 HRS**

IDENTIFIC	RESPONSABILIDADE	PRE	ASSIN	ASSINATURA
001	Coordenador Geral	Presente		[Assinatura]
002	Coordenador Administrativo	Presente		[Assinatura]
003	Coordenador Financeiro	Presente		[Assinatura]
004	Coordenador de Marketing	Presente		[Assinatura]
005	Coordenador de Recursos Humanos	Presente		[Assinatura]
006	Coordenador de Operações	Presente		[Assinatura]
007	Coordenador de Tecnologia da Informação	Presente		[Assinatura]
008	Coordenador de Qualidade	Presente		[Assinatura]
009	Coordenador de Meio Ambiente	Presente		[Assinatura]
010	Coordenador de Segurança	Presente		[Assinatura]
011	Coordenador de Comunicação	Presente		[Assinatura]
012	Coordenador de Inovação	Presente		[Assinatura]
013	Coordenador de Sustentabilidade	Presente		[Assinatura]
014	Coordenador de Logística	Presente		[Assinatura]
015	Coordenador de Relacionamento com o Cliente	Presente		[Assinatura]
016	Coordenador de Governança	Presente		[Assinatura]
017	Coordenador de Compliance	Presente		[Assinatura]
018	Coordenador de Riscos	Presente		[Assinatura]
019	Coordenador de Ética	Presente		[Assinatura]
020	Coordenador de Diversidade e Inclusão	Presente		[Assinatura]

<p>1. Introduction</p> <p>2. Literature Review</p> <p>3. Methodology</p> <p>4. Results</p> <p>5. Discussion</p> <p>6. Conclusion</p> <p>7. References</p> <p>8. Appendix</p> <p>9. Bibliography</p> <p>10. Glossary</p> <p>11. Index</p> <p>12. Acknowledgements</p> <p>13. Declaration</p> <p>14. Certificate</p> <p>15. Cover Page</p>	<p>1. Introduction</p> <p>2. Literature Review</p> <p>3. Methodology</p> <p>4. Results</p> <p>5. Discussion</p> <p>6. Conclusion</p> <p>7. References</p> <p>8. Appendix</p> <p>9. Bibliography</p> <p>10. Glossary</p> <p>11. Index</p> <p>12. Acknowledgements</p> <p>13. Declaration</p> <p>14. Certificate</p> <p>15. Cover Page</p>	<p>1. Introduction</p> <p>2. Literature Review</p> <p>3. Methodology</p> <p>4. Results</p> <p>5. Discussion</p> <p>6. Conclusion</p> <p>7. References</p> <p>8. Appendix</p> <p>9. Bibliography</p> <p>10. Glossary</p> <p>11. Index</p> <p>12. Acknowledgements</p> <p>13. Declaration</p> <p>14. Certificate</p> <p>15. Cover Page</p>	<p>1. Introduction</p> <p>2. Literature Review</p> <p>3. Methodology</p> <p>4. Results</p> <p>5. Discussion</p> <p>6. Conclusion</p> <p>7. References</p> <p>8. Appendix</p> <p>9. Bibliography</p> <p>10. Glossary</p> <p>11. Index</p> <p>12. Acknowledgements</p> <p>13. Declaration</p> <p>14. Certificate</p> <p>15. Cover Page</p>	<p>1. Introduction</p> <p>2. Literature Review</p> <p>3. Methodology</p> <p>4. Results</p> <p>5. Discussion</p> <p>6. Conclusion</p> <p>7. References</p> <p>8. Appendix</p> <p>9. Bibliography</p> <p>10. Glossary</p> <p>11. Index</p> <p>12. Acknowledgements</p> <p>13. Declaration</p> <p>14. Certificate</p> <p>15. Cover Page</p>	<p>1. Introduction</p> <p>2. Literature Review</p> <p>3. Methodology</p> <p>4. Results</p> <p>5. Discussion</p> <p>6. Conclusion</p> <p>7. References</p> <p>8. Appendix</p> <p>9. Bibliography</p> <p>10. Glossary</p> <p>11. Index</p> <p>12. Acknowledgements</p> <p>13. Declaration</p> <p>14. Certificate</p> <p>15. Cover Page</p>
--	--	--	--	--	--